

Para além do ouro das Gerais: outros aspectos da economia mineira no setecentos.

Fernando Gaudereto Lamas

Mestre em História Econômica pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor da Faculdade de Minas (FAMINAS) em Muriaé.

Resumo: Nosso objetivo é analisar a variedade da economia mineira setecentista buscando elementos que nos levem para além da economia mineradora. Percebemos esta economia como muito mais dinâmica do que a historiografia passada acreditava. Analisaremos, portanto, aqueles elementos antes considerados como menores, de pouca ou nenhuma importância para a economia colonial, mas que compreendemos ser fundamentais para a manutenção do aspecto econômico do Sistema Colonial.

Palavras-chave: Economia; Minas Gerais; século XVIII.

Summary: Our objective is to analyze the variety of the economy of Minas Gerais on the XVIII Century looking for elements that lead us to beyond the mining economy. We observe this economy much more dynamic than the past history studies believed. So we will analyze those elements that were considered unimportant to the colonial economy, but that we understand to be essential to the maintenance of the economic aspect of the Colonial System.

Key words: Economy; Minas Gerais; XVIII Century.

A imagem de Minas Gerais nos estudos historiográficos ficou profundamente marcada pela produção de ouro e pedras preciosas por um longo tempo. Somente a partir da década de 1980, particularmente do estudo clássico de Laura de Mello e Souza sobre a pobreza em Minas, essa imagem foi sendo gradualmente desmontada.¹ Nos anos 1990, os trabalhos de Luciano Raposo e de Ângelo Carrara também contribuíram de forma fundamental para a demonstração do dinamismo da economia das Gerais Setecentistas.²

Neste artigo, pretendemos dar nossa contribuição para o estudo da diversificação da econômica de Minas Gerais no século XVIII. O primeiro ponto a ser abordado, refere-se ao aspecto urbano desenvolvido pelas Gerais e que a destacava das demais capitanias à época. Nesse sentido, concordamos com Caio César Boschi quando este afirmou que a economia citadina da região de Minas Gerais desenvolveu certo grau de independência em relação à atividade mineradora. Boschi considera que, de um modo geral, a extração de ouro não foi a principal atividade das cidades mineiras. Este mesmo autor defende que a atividade comercial vai se mostrar mais segura, estável e protegida do que a atividade mineradora, pois, após o estabelecimento dos núcleos urbanos, o comércio ganhou status de atividade essencial.³

A força e o dinamismo da economia mineira ficam evidentes, se levarmos em conta as transformações que esta provocou nas capitanias vizinhas, particularmente no Rio de Janeiro. Segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio, no ano de 1740 os negócios mercantis superavam os negócios agrários na cidade do Rio de Janeiro⁴ transformando a cidade do Rio no *porto por excelência da região mineradora*.⁵ Para João Luís Fragoso, esse caráter fortemente mercantil já se destacava desde as primeiras décadas dos Setecentos e foi resultado tanto de fatores endógenos à capitania fluminense quanto

¹ SOUZA, Laura de Mello e. Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. 3º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

² FIGUEIREDO, Luciano Raposo. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

³ BOSCHI, Caio César. Nem tudo que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica do período colonial. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 58-59.

⁴ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Características gerais da economia fluminense na primeira metade do século XVIII. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues e outros (org.). História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Belo Horizonte: ANPUH – MG, 2001, p. 316.

⁵ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs). Conquistadores e negociantes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

de fatores exógenos, isto é, a influência exercida pelas Minas.⁶

A análise do historiador norte-americano Laird W. Bergad, ao menos em parte, corrobora a visão defendida por Caio Boschi, exposta anteriormente. Segundo Bergad, a economia mineira foi bastante diversificada, não se atendo exclusivamente à mineração. Para Bergad, os mineiros sempre souberam identificar e aproveitar as oportunidades para comercializar uma ampla gama de mercadorias, tanto as oriundas do setor minerador, quanto do setor agro-pastoril.⁷

Reforçando a idéia de uma economia diversificada nas Minas Setecentistas, Caio César Boschi destacou que a interligação entre os comerciantes mineiros e o mercado metropolitano remontou à década de 20 dos Setecentos e foi fruto da grande capacidade de consumo da população citadina das Gerais, sempre ávida por novidades, fato este que obrigava os comerciantes locais a abastecerem suas lojas com mercadorias e estoques diversificados. Tal afirmação confirma a idéia de que a Minas Gerais Setecentista possuiu uma economia muito diversificada, indo além da mera extração de ouro.⁸ A respeito desta diversificação, Ângelo Carrara chamou atenção ao fato de que:

*Se a agricultura e a pecuária do tipo escravista voltada para o abastecimento interno colonial foram poderosas e eficientes enquanto durou seu tempo, foram as pequenas lavouras de mantimentos e a pequena criação que garantiram, com uma base técnica restrita, níveis de rendimentos agrícola e pastoril tais, que permitiram não só o crescimento ininterrupto da população, como o avanço conseqüente da fronteira agrícola (...).*⁹

Russel-Wood afirmou que a economia mineira, ao longo do período de meio século, evoluiu para uma base mais ampla, sustentada no comércio. Segundo este historiador, tal fato deu maior flexibilidade à sociedade mineradora, pois esta deixou de depender das fortunas adquiridas através da mineração, ficando, desta forma, menos suscetível ao colapso da extração desse metal.¹⁰

Uma outra maneira de vislumbrarmos o dinamismo das décadas de 30 e 40 do Setecentos é analisando a arrecadação fiscal em suas duas pontas, a produção e a

⁶ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, J.; BICALHO, F. & GOUVÊA, F. O Antigo Regime nos trópicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 69.

⁷ Cf. LIBBY, Douglas. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. In: BOTELHO, Tarcísio e outros (org.) Op. cit., p. 288.

⁸ BOSCHI, Caio César, op. cit., p. 61. Cf. também GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Minas Gerais: agricultura e escravidão (1700/1750). In: Anais do IV Encontro Estadual de História da ANPUH/MG. 1984. pp.3-4.

⁹ CARRARA, Ângelo. A Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: História Econômica & História de Empresas, ano III, nº 2, 2000, p. 54.

¹⁰ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Op. cit., p. 502.

circulação. Fernando Rezende apontou seis tipos de tributação ocorridas nas Gerais Setecentistas, dos quais três realizavam-se mediante o estabelecimento de contratos com particulares. A produção de mercadorias em geral (cobrada pelos contratadores dos dízimos) e a circulação de mercadorias e de pessoas (ambas cobradas em registros) estavam entre as principais formas de tributos cobrados nas Minas.¹¹ Segundo Myriam Ellis:

*(...) os preços dos contratos das entradas nos meados do século XVIII, apogeu da produção aurífera no Brasil Colonial, não se distanciam das taxas relativas às arrecadações dos quintos do ouro, pelo menos nessa ocasião.*¹²

A análise de Ellis nos auxiliou a perceber o quanto a economia mineira era dinâmica, principalmente quando se trata de seu apogeu. Mafalda Zemella, fazendo comparação similar à Ellis, chegou à conclusão de que o rendimento das entradas ultrapassou o proporcionado pelos quintos do ouro mesmo no auge da produção aurífera. Segundo os dados fornecidos por Zemella em 1740, as entradas renderam aproximadamente pouco mais de 150 mil contos de réis, saltando rapidamente para 174:502\$478 em 1742, e para a exorbitante quantia de 203:967\$333 para o período 1755/56. Para os quintos do ouro, a autora não apresentou dados para o período 1725/50, mas pelos dados disponíveis para este último ano, isto é, pouco mais de 100 mil contos de réis, podemos perceber que as entradas foram significativamente mais rendosas que o famoso quinto, uma vez que se mostraram mais estáveis.¹³

Corroborando as análises de Myriam Ellis e Mafalda Zemella, temos a visão de Luiz Antônio da Silva Araújo. Segundo este autor a arrecadação dos dízimos entre os anos 30 e 40 saiu de 50 contos de réis em 1730 para pouco mais de 100 contos de réis ao final desta mesma década, mantendo-se próxima a esse valor, porém um pouco abaixo, até o fim da década de 1740.¹⁴

Este mesmo historiador mostrou que os valores das entradas ao longo das duas décadas estudadas sofreram uma valorização impressionante. Ao iniciar a década de 1730 do Setecentos, o valor das entradas era o dobro do valor da arrecadação dos

¹¹ REZENDE, Fernando. Tributação em Minas Gerais no século XVIII. In: Seminário sobre a economia mineira. Dimantina/CEDEPLAR, 1983, p. 118.

¹² ELLIS, Myriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil no século XVIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1961, p. 35.

¹³ ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1990. pp.232-233.

¹⁴ ARAUJO, Luiz Antônio da Silva. Contratos, comércio e conflitos nas Minas setecentistas. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu: ABPHE, 7-10 de setembro de 2003, p.7.

dízimos, isto é, 100 contos de réis. Porém em 1739 já ultrapassava os 150 contos de réis, enquanto a arrecadação dos dízimos ultrapassava um pouco os 100 contos. Na década seguinte a valorização das entradas disparou, enquanto que a arrecadação dos dízimos sofreu uma ligeira queda. Em números, isso significa dizer que as entradas chegaram em 1749 a quase 200 contos de réis, enquanto os dízimos mal chegavam a 100 contos.¹⁵

Ainda seguindo os dados fornecidos por Luiz Antônio Araujo, a arrecadação do quinto real manteve-se constantemente alta, aparecendo mais instável na primeira metade dos Setecentos, época em que a arrecadação deste direito se fez através de 6 formas distintas. Contudo, a partir da segunda metade deste mesmo século, podemos perceber uma razoável estabilidade na arrecadação com uma ligeira queda desta, acentuada especialmente a partir da década de 1770.¹⁶

A maior valorização das entradas em detrimento dos dízimos pode ser explicada a partir das seguintes visões. Primeiramente, vale apontar para a questão da dinamização da economia mineira nestas duas décadas, mercantilizando sua relação com as demais capitanias, especialmente o Rio de Janeiro, como já havia ressaltado Antônio Carlos Jucá. A produção de gêneros alimentícios, alvo dos dízimos manteve-se estável, com um viés de baixa, ao longo de todo o Setecentos, se comparada com a arrecadação das entradas. Esta última sofreu apenas uma queda acentuada na segunda metade do século, entre os anos de 1757 e 1758, quando atingiu o mesmo valor da arrecadação dos dízimos, retornando depois aos mesmos níveis de antes.

Uma segunda explicação pode ser encontrada nas constantes maquilagens feitas pelos contratadores dos dízimos quando se referiam à lucratividade desta atividade. Essa prática foi muito comum em outros contratos, e era notória entre aqueles que contratavam o recolhimento dos dízimos no século XVIII. Fernando Rezende afirma que *“um resumo mais completo dos principais contratos fornece alguma evidência”* para indicar a possibilidade de os contratadores utilizarem o atraso em uma forma de remuneração adicional. Em outras palavras, o contratador agia como um *“banco”*, emprestando dinheiro e ganhando com os juros do empréstimo. Desta forma, o contratador multiplicava seus lucros, mas repassava para a Coroa portuguesa apenas uma parte da quantia estipulada pelo contrato, sempre alegando dificuldades nos

¹⁵ Idem., p. 7

¹⁶ Ibidem, p. 7.

recolhimentos.¹⁷

Além da óbvia função de tributar os registros acumulavam ainda a função de controlar a entrada de pessoas na região mineradora como destacou Cláudia Chaves em sua dissertação de mestrado, já que os comerciantes eram percebidos pela Coroa portuguesa como contrabandistas de ouro em potencial.¹⁸

A pecuária, assim como a agricultura, desenvolveu-se também nas Minas Gerais Setecentistas como bem mostrou o ofício de D. Luís Antônio de Souza, Capitão-General da Capitania de São Paulo, ao Conde de Valadares, do ano de 1769, referente à criação de gado muar; por este ofício, o referido Capitão-General expôs que a presença de fazendas de “*egoas (sic.) e burros dentro dos Registros, especialmente na Capitania de Minas*” é prejudicial aos interesses do rei. Pela preocupação em proibir essa atividade, podemos vislumbrar o quanto era praticada nas terras altas mineiras.¹⁹

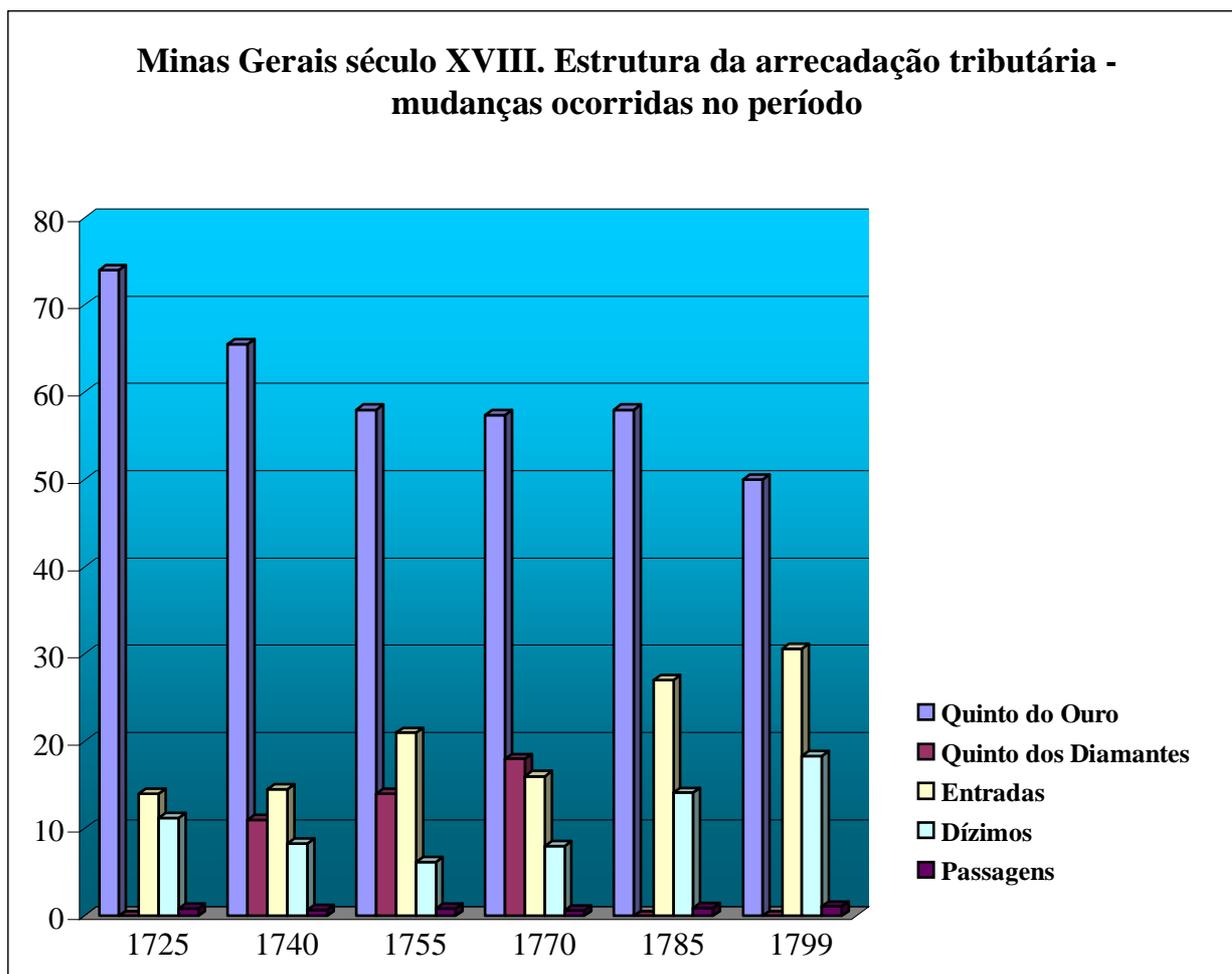
As áreas consideradas periféricas, ou melhor dizendo, que se situavam fora do perímetro minerador, vão desenvolver atividades complementares à praticada na região mineradora à medida que esta vai se desenvolvendo e tornando-se mais populosa. Fernando Rezende mostrou que o conjunto dízimos/passagens/entradas, todos relativos ao desenvolvimento da atividade comercial revelou-se mais seguro, constante e com tendência de alta do que o conjunto quinto do ouro/diamante.

¹⁷ REZENDE, Fernando. Op. cit. pp. 139-143. Os contratadores eram a personificação da moeda de crédito privada, uma vez que não existiam instituições bancárias na colônia, nem no Império colonial português. A respeito da moeda colonial cf. LEVY, Maria Bárbara. História financeira do Brasil colonial. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

¹⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

¹⁹ Como foi demonstrado por Maria Yedda Linhares, no artigo “*A pecuária e a produção de alimentos na colônia*” e por Francisco Carlos Teixeira da Silva, no artigo “*Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil colônia*”, a mão-de-obra utilizada na criação de gado durante o período colonial foi escrava e não, como se acreditava até bem pouco tempo, livre e basicamente indígena. Cf. LINHARES, Maria Y. L.. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. Op. cit. pp. 111-112. & SILVA, Francisco C. T. da.. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. Idem p. 137. SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil (1500/1820). 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1978. p. 191.

Gráfico 1: Estrutura da arrecadação tributária em Minas Gerais e as mudanças ocorridas no período



Fonte: Adaptado de REZENDE, Fernando. Op. cit., p. 120.

Analisando o gráfico um acima, percebemos que o rendimento proporcionado pelo conjunto dízimos/entradas/passagens mostrou-se mais estável e com tendência de alta ao longo do século XVIII do que o rendimento dos quintos; este último mostrou-se extremamente volúvel e susceptível a flutuações muito abruptas. O conjunto dízimos/entradas/passagens foi responsável por 23,5% dos rendimentos da Cora no ano de 1740, auge da exploração aurífera.

Esse conjunto é fundamental para a compreensão do desenvolvimento do comércio nas Minas Setecentistas. O dízimo incidia sobre a produção agrária, e o aumento de sua arrecadação significa um aumento na produção agrícola mineira. Ao analisar os valores anuais dos dízimos nas comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes e Sabará, Ângelo Carrara mostrou a estabilidade nos valores deste tributo. A variação dos valores totais das três comarcas girou, entre os anos de 1725 e 1750, entre os valores de 250 libras (menor valor) e 500 libras (valor máximo). Carrara indica apenas dois

momentos de queda nos valores dos dízimos; um entre os anos de 1728-31, quando depois de atingir 400 libras, o valor dos dízimos caiu para pouco mais de 300 libras; um segundo momento de queda detectado por Carrara situou-se entre 1737-38, quando o valor caiu de pouco mais de 500 libras para encontrar-se pouco abaixo do referido valor.

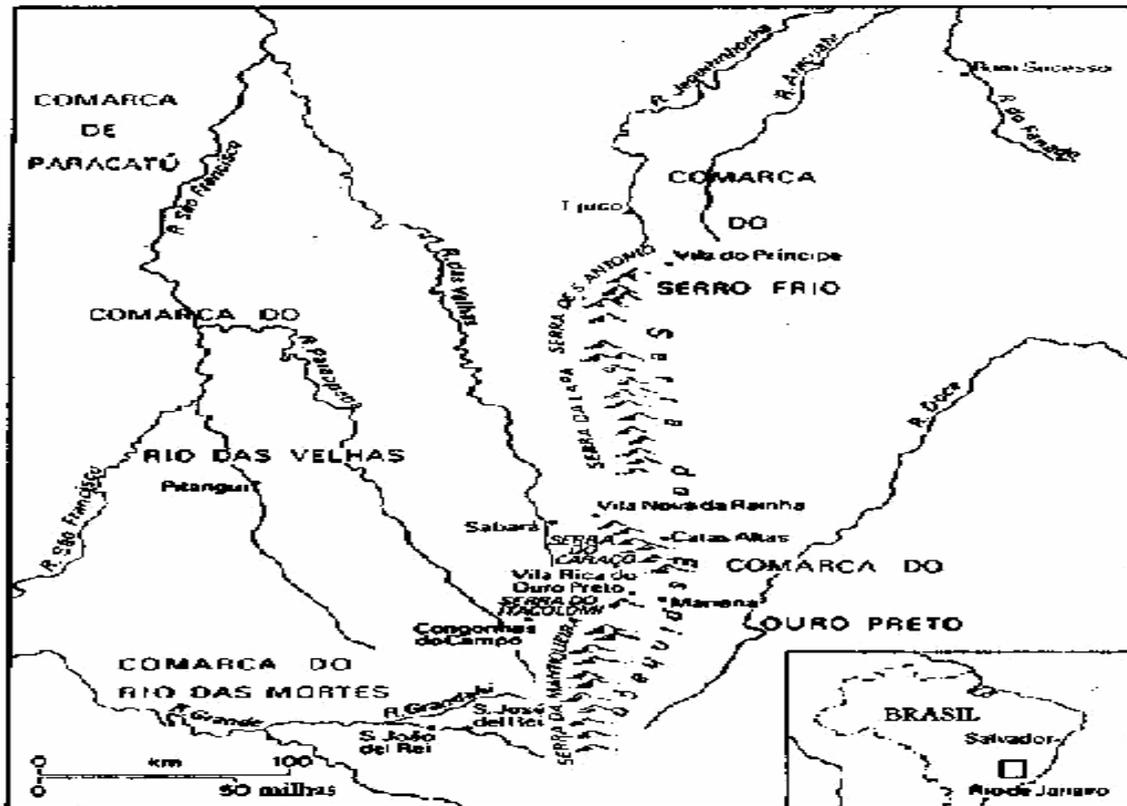
20

João Antônio de Paula ressaltou que, além da produção agrária, o dízimo, na condição de dízimo misto, incidia sobre as construções civis e as manufaturas urbanas. Lembrou ainda que houve um grande surto de construções a partir da segunda metade do século XVIII, fato que explicou a manutenção e estabilidade da arrecadação dos dízimos. Nas palavras de João Antônio de Paula:

*As grandes construções de Ouro Preto, por exemplo, a Casa dos Contos, a Câmara e Cadeia, o Palácio dos Governadores, as grandes igrejas, chafarizes e pontes, as obras do Aleijadinho são todas obras da segunda metade do século XVIII.*²¹

²⁰ CARRARA, Ângelo. Op. cit. . p.57.

²¹ PAULA, João Antônio de. O Prometeu do sertão: economia e sociedade da capitania das Minas dos Matos Gerais. Tese de doutorado. São Paulo: USP. 1988. p. 426.

Mapa 1: Comarcas onde se cobravam os dízimos na capitania das Minas Gerais*Minas Gerais no século XVIII*

Mapa 3: principais comarcas de Minas Gerais no século XVIII. Leslie Bethell. *Colonial Brazil*, Cambridge: Cambridge University Press. 1987. p. 193 Apud. SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova história da expansão portuguesa Vol. VII: O império luso-brasileiro (1620/1750)* Coordenação: Frédéric Mauro. Lisboa: Editorial Estampa. 1991. p. 155.

O mapa três ilustra a área de atuação dos contratadores dos dízimos na primeira metade do século XVIII. Percebe-se por este mapa que a área de cobrança dos dízimos coincidia com a região mais populosa das Gerais corroborando a visão de Alexandre Godoy e Marcelo Magalhães expressa nos mapas um e dois. Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa afirmaram acerca da sociedade mineira da primeira metade dos Setecentos:

(...) vida urbana característica, diversificação de atividades, marcante presença do Estado, maior flexibilidade social, economia mais fortemente integrada, estabelecimento de interdependência regional e conseqüente estruturação de significativo mercado interno. Estes elementos articulam-se peculiarmente dando origem a um sistema complexo do qual interessa-nos salientar, neste ponto de nosso trabalho, dois aspectos fundamentais: o caráter urbano da formação mineira e o diversificado conjunto de atividades econômicas, em

*geral, e artesanais, em particular, desenvolvidas na área em apreço.*²²

O adensamento populacional da referida região, como os dois autores destacaram, propiciou o desenvolvimento de atividades econômicas diferentes, e inicialmente complementares à atividade extrativa. Essas atividades, comerciais, agrícolas e de criação, transformaram-se, ao longo do século XVIII, em importantes fontes de renda para a Coroa portuguesa, uma vez que foram deixando de ser apenas complementos à mineração. As pequenas manufaturas e a construção civil, conforme foi ressaltado anteriormente, também constituíram-se em fontes seguras de lucros para Portugal. Virgílio Noya Pinto, analisando o imposto de passagem ao longo do século XVIII, percebeu que:

*O movimento ascendente (...) atingiu o primeiro máximo em 1726 correspondendo a 6:329\$562; a partir daquela data, as cifras reduzem-se paulatinamente até 1734, para então retomar o movimento ascendente, estabilizando-se entre 1740-56 (...).*²³

Noya Pinto atribuiu essa flutuação a dois períodos de grande afluxo demográfico, excetuando-se obviamente o rush inicial, um localizado entre os anos 1719-26 e o outro entre 1734-48.²⁴ A análise de Virgílio Noya para o direito das entradas vai na mesma direção. Segundo este autor, os períodos compreendidos entre os seguintes anos 1718-26 e 1729-65 foram marcados por um crescente movimento nos registros. Para a década de 1730 do século XVIII, Virgílio Noya Pinto encontrou os seguintes valores de arrecadação do quinto pela Real Fazenda:

²² LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero. Minas Colonial: economia e sociedade. São Paulo: Estudos Econômicos-FIPE: Pioneira. 1982. pp. 16-17.

²³ PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo: Companhia Nacional: MEC. 1979 p. 66.

²⁴ *Ibidem*. p. 67.

TABELA 1: Valores de arrecadação do quinto (década de 1730)

Ano	Período fiscal	Valores arrecadados (originais)	Em Kg	Sistema de cobrança
1730	Jan - dez	230:400\$904 + 1176 marcos	962,1	Maio de 1730/set. de 1732: 12% do ouro apresentado
1731	Jan - dez	473:361\$535 + 674 marcos	1.446,2	Maio de 1730/set. de 1732: 12% do ouro apresentado
1732	Jan - dez	448:827\$940 + 649 marcos	1.373,5	20% do ouro apresentado
1733	Jan - dez	568:980\$921 + 257 marcos	1.766,1	20% do ouro apresentado
1734	Jan - dez	132:005\$512 + 6.628 marcos	1.923,1	20% do ouro apresentado
1735	1º/1/1735 a 30/6/17355.285 marcos	1.217,6	20% do ouro apresentado
	1º/7/1735 a 30/6/1736	517.723 oitavas	1.863,8	Capitação e censo
1736	1º/7/1736 a 31/12/1736	279.796 oitavas	1.007,2	Capitação e censo
1737	Jan - dez	549.312 oitavas	1.977,5	Capitação e censo
1738	Jan - dez	550.464 oitavas	1.981,6	Casa de Fundição: 20% do ouro extraído; teto mínimo de 100 arrobas
1739	Jan - dez	541.600 oitavas	1.949,7	Idem

Fonte: Ibidem. pp. 72-73.

Para a década de 1740, cuja principal marca foi a arrecadação realizada através da Casa de Fundição, o mesmo autor encontrou os seguintes valores:

Tabela 2: Valores de arrecadação do quinto (década de 1740)

Ano	Período fiscal	Valores arrecadados (originais)	Em kg	Sistema de cobrança
1740	Jan - dez	538.143 oitavas	1.937,3	Casa de Fundição: 20% do ouro extraído; teto mínimo de 100 arrobas.
1741	Jan - dez	539.396 oitavas	1.941,8	Idem
1742	Jan - dez	536.302 oitavas	1.939,6	Idem
1743	Jan - dez	531.012 oitavas	1.911,6	Idem
1744	Jan - dez	527.028 oitavas	1.897,3	Idem
1745	Jan - dez	541.901 oitavas	1.950,8	Idem

1746	Jan - dez	535.666 oitavas	1.928,3	Idem
1747	Jan - dez	525.418 oitavas	1.891,5	Idem
1748	Jan - dez	511.528 oitavas	1.841,5	Idem
1749	Jan - dez	509.692 oitavas	1.834,8	Idem

Fonte: Ibidem. p. 73.

Pela leitura das tabelas um e dois podemos perceber que as décadas de 1730 e 1740 foram marcadas por grandes arrecadações de ouro quintado. Nas décadas posteriores à de 1740, veremos uma tendência de queda na arrecadação, que já nesta mesma década (1740) era perceptível, mas que nos anos posteriores tornou-se bastante acentuada.

Comparando os valores arrecadados através do quinto pela Real Fazenda com os valores arrecadados através do imposto da passagem e dos direitos de entradas e dízimos, veremos que estes últimos, como também afirmou Fernando Rezende (cf. gráfico 1), produziram somas maiores e mais constantes do que o quinto. Virgílio Noya Pinto, tabelas três e quatro, encontrou os seguintes valores para o conjunto passagens/dízimos/entradas para as décadas de 1730 e 1740.

Tabela 3: Rendimentos extraídos das Minas Gerais pela Coroa na década de 1730: passagens, dízimos e entradas (em réis).

1750 = Índice 100						
Ano	Passagens	Índices	Dízimos	Índices	Entradas	Índices
1730	4:948\$983	50	53:118\$957	57	89:259\$991	46
1731	5:001\$781	51	58:607\$124	63	96:069\$851	50
1732	4:668\$389	48	66:290\$555	72	96:069\$851	50
1733	4:562\$549	46	66:290\$555	72	104:944\$060	54
1734	4:316\$743	44	82:357\$947	89	131:566\$612	68
1735	4:606\$847	47	104:852\$298	113	131:566\$612	68
1736	4:606\$847	47	104:852\$298	113	138:274\$580	72
1737	4:501\$239	46	97:708\$529	106	158:389\$546	82
1738	6:135\$639	63	94:736\$730	102	158:398\$546	82
1739	7:855\$027	80	104:642\$798	113	162:420\$458	85

Fonte: Ibidem. pp. 76-77

Tabela 4: Rendimentos extraídos das Minas Gerais pela Coroa na década de 1740: passagens, dízimos e entradas (em réis)

1750 = Índice 100						
Ano	Passagens	Índices	Dízimos	Índices	Entradas	Índices
1740	8:369\$397	86	104:642\$798	113	174:486\$319	91
1741	8:369\$397	86	104:427\$332	113	174:486\$319	91
1742	9:003\$891	92	104:125\$680	113	174:502\$478	91
1743	9:005\$005	92	104:125\$680	113	174:550\$958	91
1744	9:005\$005	92	99:089\$000	107	174:550\$958	91
1745	10:718\$261	110	92:038\$000	99	178:679\$838	93
1746	10:718\$261	110	92:038\$000	99	191:066\$479	100
1747	10:597\$061	109	92:038\$000	99	191:066\$479	100
1748	11:045\$000	113	92:038\$000	99	191:058\$391	100
1749	10:519\$000	108	92:038\$000	99	191:034\$128	100

Fonte: Ibidem. p. 77

Logo, as décadas de 1730 e 1740 proporcionaram rendimentos consideráveis para a Real Fazenda, uma vez que corresponderam ao máximo na extração do quinto e ao máximo também na arrecadação das passagens e das entradas. Sobre estes dois últimos tributos, deve-se acrescentar que as décadas de 1730 e 1740 do século XVIII presenciaram um aumento sistemático nos valores, o que referenda o forte caráter urbano e mercantil das Gerais, uma vez que são ambos impostos sobre circulação, de mercadorias e de pessoas respectivamente.

A principal rota utilizada pelos tropeiros para passar o gado nordestino rumo às Minas Gerais Setecentistas, e que englobava a área acima mencionada, ficou conhecida como o Caminho da Bahia. Não importava se os produtos vinham desta capitania em questão; interessava que, vindos de Pernambuco, Maranhão, ou de outra capitania do Norte/Nordeste, especialmente o gado, passavam pelo chamado Caminho da Bahia (cf. mapa quatro). Segundo Mafalda Zemella:

*O artigo mais importante do intercâmbio com as minas era o gado bovino. Os currais baianos exportavam para as Gerais boiadas e mais boiadas. Esse negócio era muito vantajoso para os criadores que tinham currais ao longo do rio São Francisco.*²⁵

Ângelo Carrara ampliou o debate acerca das mercadorias que transitavam pelo Caminho da Bahia ao destacar que além de gado, passavam ainda pelo mesmo caminho

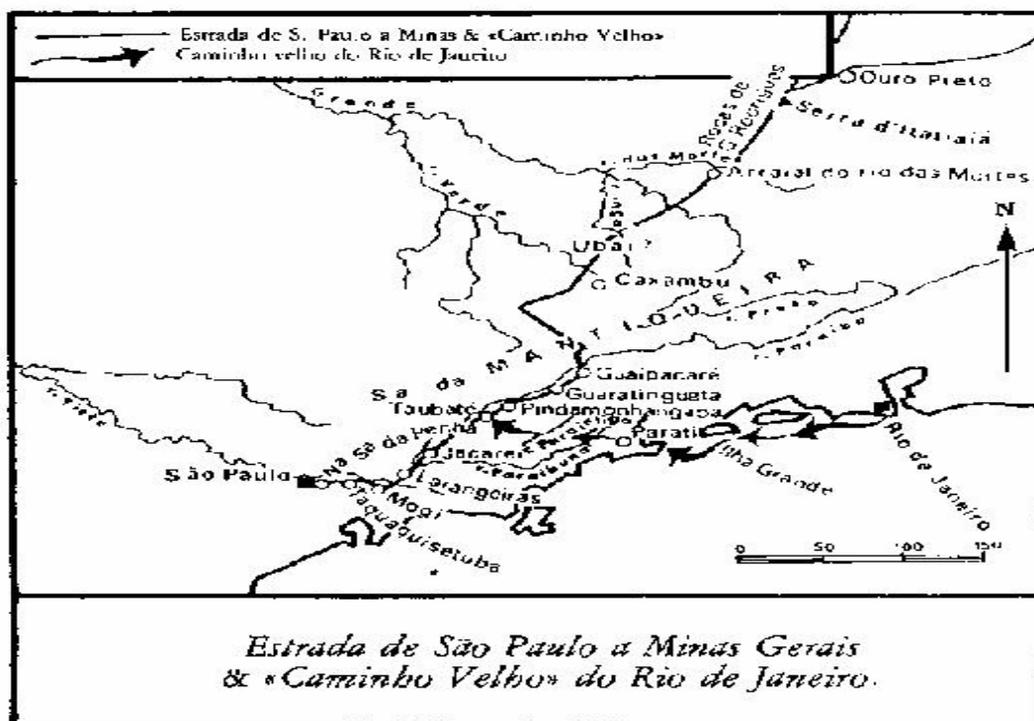
²⁵ ZEMELLA, Mafalda. Op. cit. p. 72.

O Caminho de São Paulo (cf. mapa cinco), apesar de ultrapassado em termos de principal ligação com as Gerais pelo Caminho Novo do Rio de Janeiro, manteve-se como uma rota importante, especialmente para o comércio de muars. Estes animais, criados no Rio Grande do Sul, eram de fundamental importância para o exercício do comércio, uma vez que as longas distâncias eram percorridas em lombo de mulas.²⁸ Tal fato referendou a constatação de Zemella acerca da expansão do comércio paulista, uma vez que esta capitania passou a exercer a função de eixo de ligação entre a região meridional da colônia e a área mineradora.

Além de mulas, São Paulo foi, ao menos nas décadas iniciais da exploração aurífera, o principal fornecedor de gêneros comestíveis e de fazendas secas segundo Ângelo Carrara.²⁹ Esse fato foi analisado por Ilana Blaj quando esta constatou o aumento da produção de milho e feijão na capitania paulista e associou este aumento ao abastecimento da região mineradora.³⁰

Mapa 5: Caminho de São Paulo

Ibidem. p. 159



^a sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p. 80. Cf. também BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulista. In: *Revista Brasileira de História*. 1998, vol. 18, nº 36, pp. 281-29.

²⁹ CARRARA, Ângelo Alves. Op. cit. p. 110.

³⁰ BLAJ, Ilana. Op. cit. p. Cf. também o que disse a respeito MONTEIRO, John. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

Segundo o estudo realizado por Mafalda Zemella gado e escravos passaram pelo caminho da Bahia. Contudo, a Coroa proibiu a passagem de escravo por este caminho, obrigando os traficantes deste importante “*produto*” a passarem apenas pelo Caminho Novo (vide mapa seis).³¹ Contudo, ao menos desde o final da década de 1710 o Caminho Novo já aparecia como uma das rotas de envio de escravos para as Gerais. Analisando a tabela feita por Ângelo Carrara em sua tese de doutorado tivemos a oportunidade de constatar este fato.

Tabela 5: Movimento de cargas e escravos nos registros da Capitania de Minas

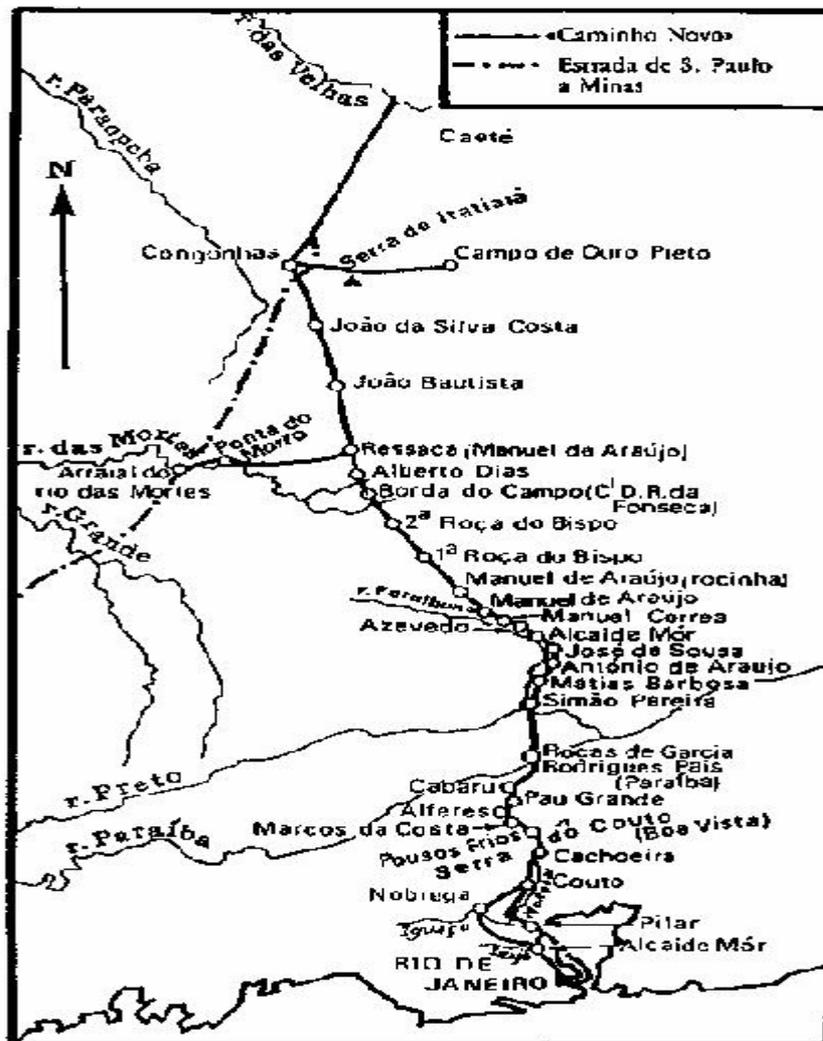
Discriminação	Registro do Rio Grande	Registro das Abóboras	Registro do Caminho Novo
Secos	1007	210	158
Molhados	8664	1350	223
Escravos	177	778	92

Fontes: BN, Div. Mss, I-10,8,5: “Número das cargas e negros que têm entrado para todas as minas pelo Registro das Abóboras, que deram fiança nesta vila” [de Sabará], 22.07.1716-22.07.1717; “Entradas do registro do Caminho Novo”, 22.07.1716-22.07.1717; APM, DF 17: “Entradas no registro do Rio Grande”, 21.11.1716-22.07.1717. Apud. CARRARA, Ângelo. Op. cit. p. 109.

Mesmo não possuindo o destaque que adquiriu a partir da década de 1720, a tabela elaborada por Ângelo Carrara indicou a importância do Caminho Novo, pois, na década de 1710, este mesmo caminho era considerado pelos contemporâneos como demasiado rústico para o tráfico de mercadorias, especialmente de escravos.

³¹ ZEMELLA, Mafalda. Op. cit. p. 60.

Mapa 6: O Caminho Novo do Rio de Janeiro



Ibidem. p. 160.

Em suma, devemos reconhecer que o ouro foi importante tanto para conhecimento do sertão e do interior brasileiros quanto para a abertura de novos caminhos e conseqüentemente para o desenvolvimento de um mercado interno mais estável. Contudo, não devemos nos esquecer de que, mesmo no momento auge de sua produção e exportação, o ouro não conseguiu ultrapassar o açúcar, nem em quantidade nem em valor no mercado internacional. Segundo José Jobson de Andrade Arruda, em 1760 o valor do ouro exportado (quatro toneladas aproximadamente) era de pouco mais de dois milhões de libras esterlinas, enquanto que uma quantidade de açúcar semelhante valia neste mesmo mercado europeu quase três milhões de libras esterlinas.³²

A análise de Arruda mostrou que, se por um lado o ouro foi importante para

³² ARRUDA, José J. de A. O Brasil no comércio colonial. São Paulo: Ática. 1980. p. 609.

diversificar a economia colonial, por outro lado, em momento algum o restante dessa economia, essencialmente agrária e pecuarista, ficou paralisada em função do vil metal. Arruda foi mais longe ainda ao perceber que a dinamização da economia colonial não se restringiu a regiões específicas, quando afirma:

Esse conjunto de ponderações tem uma finalidade única. Insistir no fato de que a noção de ciclo aplicada à economia brasileira é inadequada, tanto no sentido físico quanto econômico.³³

Em outras palavras, a região das Minas Gerais no século do ouro não estava fadada a apenas produzir este metal enquanto importava das demais capitanias e das demais colônias portuguesas os víveres e os mantimentos necessários para sua reprodução econômica e social. Dentro das próprias Gerais foi produzido gado, mandioca, algodão, açúcar, carne de porco, entre outros gêneros. O dinamismo da economia colonial mineira não se restringiu, portanto, em momento algum, à mera extração de metais e pedras preciosas.

Essa produção, aparentemente em conflito com a economia extrativa foi, ao mesmo tempo, complementar para a sociedade que se desenvolveu naquela área e essencial para a política mercantilista portuguesa, uma vez que proporcionou tantos lucros ou mais, uma vez que mais estáveis que a economia mineradora, para a Coroa de Portugal.

³³ Ibidem. p. 608.